

ARQUIPÉLAGO

Filosófico

TECNOLOGIA

John Robb, O telefone celular na cultura medieval tardia: um ensaio tecnológico



Arquipélago

12 jul 2026 — 18 min read



Foto: Ana Rieger Schmidt/Flickr

John Robb é professor do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade de Cambridge, no Reino Unido. Texto traduzido por Fernando Ozorio de Almeida (Dept. Arqueologia, UERJ) e revisado por Lavínia Fávero (editora e tradutora).

O telefone celular na cultura medieval tardia: um ensaio tecnológico^[1]

John Robb

Departamento de Arqueologia e Antropologia, Universidade de Cambridge
(Reino Unido)

Nota do autor: esse artigo é uma reflexão ambígua sobre a cultura material, experimentalmente escrito de forma fictícia. E é dedicado a uma mulher anônima que, em uma manhã, dentro de um trem inglês, usava seu iPhone de ponta como espelho de mão, para pentear seus cabelos — coisa que hoje, cinco anos depois, é totalmente normal. É possível identificar quem não foi mesmo domesticado pela tecnologia porque essas pessoas não conseguem ver graça nisso. O artigo também é dedicado à memória de Stanislaw Lem, um escritor profético. O texto pode ser citado como: [John Robb, 2015. *O telefone celular na cultura medieval tardia: um ensaio tecnológico*. Manuscrito não publicado, circulando no www.academia.edu, informando a url. Copyright John Robb, 2015]

Obrigado pelo convite para me dirigir a vocês hoje. É sempre um prazer falar na Reunião Anual da Rede de Trabalho sobre Cultura Material.

Meu tema de hoje é o papel desempenhado pelo celular na cultura medieval tardia, um tópico que, estranhamente, não foi bem analisado pelos teóricos da cultura material que exploram as raízes da civilização moderna. Atualmente, qualquer aluno do Ensino Fundamental está familiarizado com o papel do celular no Evento da Unificação Digital, mas somente como ponto de

passagem dentro de uma história teleológica limitada do avanço, desde dos invertebrados primordiais à deriva nos oceanos da antiguidade, passando pelos dinossauros, hominídeos primitivos, o mundo medieval com seu esplendor e sua barbárie inseparáveis, até finalmente chegar a nós mesmos. Tais narrativas dignas de histórias em quadrinhos mascaram muito mais do que revelam. A realidade é muito mais interessante.

Claro que o Evento da Unificação Digital — como todas as transformações históricas — não foi um evento, mas um processo. O que foi reconhecido pelo consenso histórico que o rebatizou de “O Horizonte da Unificação Digital” (abreviado como HUD^[2]). O HUD se baseia no pressuposto que, ultimamente, quase tudo pode ser reduzido a informação. Ou, pelo menos — de forma, ligeiramente neoplatônica —, de que a informação é tudo o que resta ao reduzirmos sua substância. Em termos de tecnologia, envolveu a redução de mídias antes separadas, como figuras, música e texto, a formatos digitais que possam ser armazenados, acessíveis e circular no mesmo dispositivo universal. Na verdade, não importa ao tema que vamos abordar aqui se foi introduzido pelo famoso Nokkung Every Byte ou alguns anos depois, pelos ultraportáteis, megapoderosos Sony eCrumb e Apple iCore. Esses dispositivos telefônicos e seus nomes culinários^[3] alimentaram seus usuários com todos os dados que eles poderiam consumir. Não chega a ser surpreendente o fato de ter sido o telefone celular que evoluiu para se tornar o primeiro Dispositivo Universal, superando os demais candidatos (incluindo páginas escritas e impressas, o computador, o *cd player*, a câmera, o relógio de pulso, o GPS, o cartão de crédito, o marcapasso, o aparelho que mede a pressão, o termômetro, aqueles leitores digitais que tiveram vida curta e precipitada como o Amazon Kindle, o aspirador de pó reprogramável e o anticoncepcional eletrônico). A portabilidade do telefone e seu *status* de

companheiro pessoal do indivíduo encerrou a questão. O fluxo de “apps” um tanto *ad hoc* que, de início, ampliou o telefone para o território desses outros dispositivos foi rapidamente substituído por dispositivos centralizados e simplificados que fizeram tal integração ser simplesmente dada como um fato natural. A segunda fase, iniciada uma ou duas décadas depois, envolveu a transformação desses *inputs* informacionais reduzidos à sua essência, fundindo-os entre si. Não só era possível produzir música, fotos e textos no mesmo dispositivo, como também escutar sinesteticamente uma fotografia, admirar uma carta de amor de estilo impressionista ou um boleto brutalmente expressionista, ver uma música como se fosse uma paisagem. Os efeitos inesperados na experiência das sensações foram profundos.

São as consequências sociais, contudo, que realmente interessam ao estudioso da cultura material. Muitos efeitos iniciais eram bastante previsíveis — por exemplo: a universalidade quase instantânea desses dispositivos^[4], a rápida decisão, por parte de muitos governos nacionais, de instituir a privação do uso desses dispositivos (ou, na gíria, “byte-stripping”^[5]) como uma punição legal equivalente ao encarceramento, à privação de direitos ou à mutilação e mesmo os protestos bem violentos de grupos reacionários. Esses eventos pitorescos, com suas músicas evangélicas, seus costumes arcaicos e suas fogueiras de aparelhos eletrônicos, foram possibilitados apenas, por ironia, pelo uso de dispositivos como caminhões e isqueiros conectados eletronicamente. De fato, estudos sobre arquivos eletrônicos de tráfego têm demonstrado recentemente que tais manifestações antidispositivo eram, em sua maioria, organizadas via internet, apesar de os envolvidos insistirem que o Velho Testamento apenas permitia o uso do “clássico *e-mail*” e de mensagens de texto, não de *feeds* instantâneos de blogs, “*blitters*” feitos de “*bleats*”, *simulpods* e delegações eletrônicas. Alguns dispositivos, ao que parece, são mais sagrados do que

outros! Os contra-argumentos montados por eruditos da tradição rabínica, de que o Talmud e seus comentários oferecem uma sanção divina para hipertextos, são particularmente fascinantes.

Podemos passar rapidamente por outros avanços técnicos do mesmo período. O mais importante, obviamente, foi o advento da conectividade universal via cobertura *wireless total*. Que veio associada à localização universal por meio do GPS do dispositivo pessoal, de início relacionado ao horário global de Greenwich e, depois, ao fuso universal de um satélite sem localização determinada, um “horário real” compartilhado de forma global, totalmente livre de referência local. Não se estava mais sujeito ao constrangimento social por estar “distante da realidade” ou “fora do alcance”: estava-se sempre integrado à sua rede social (de fato, com o *streaming live* de múltiplas *webcams* e, de forma radical, com o “Vicaricorp^[6]” do final do século XXI, o primeiro intercâmbio remoto de corpos, era possível participar de festas — ou ter relações íntimas — com outras pessoas sem nunca ter que sair de casa. Mas estamos nos adiantando. A informação chegava de maneira contínua: contatos sociais de ciberamizades, atualizações do banco ou empresa de crédito, previsões de tempo sobre o microclima do caminho projetado para aquele dia, notícias, novidades musicais, a localização GPS dos amigos, dos bichos de estimação e dos bichos de estimação dos amigos, e a transmissão contínua de pesquisas de opinião cujos resultados eram enviados diretamente para os circuitos governamentais automatizados de “passar a batata quente para a frente” e de negação. E, com toda essa informação virtual, não havia mais a possibilidade de ficar desatualizado, já que seu dispositivo pessoal era contínua e automaticamente atualizado a partir de fontes governamentais seguras e confiáveis.

O que vem ao caso — e aqui eu censuraria mais uma vez os tais “historiadores” que vendem histórias simplistas do Avanço da Civilização como um curso inevitável de Grandes Invenções e seus Inventores. A tecnologia é sempre e apenas social, assim como a sociedade é sempre e apenas tecnológica. Perdoem-me a digressão: eu, por vezes, me pego ficando irritado com esses mal-entendidos intencionais a respeito de como ocorreu nossa história. O que vem ao caso ponto, de fato, os efeitos psicológicos do HUD nos seres humanos. Tais efeitos foram, de modo algum, imprevisíveis. Como os estudos da tecnologia inicial têm mostrado, a remodelagem tecnológica da mente começou surpreendentemente cedo. Tomemos o exemplo do relógio de pulso. Na Alta Era Medieval Tardia, o relógio de pulso, assim como as chaves e a carteira, eram as coisas mais próximas de um dispositivo universal que havia. Não é coincidência o fato de o telefone celular ter rapidamente absorvido e suplantado todos os três. Para os povos medievais, os relógios de pulso eram serventes leais da humanidade, que diziam as horas para que ninguém perdesse seus compromissos, e as pessoas sabiam a hora de voltar para casa do trabalho. Entretanto, conforme demonstrado por fenomenólogos históricos, esses dispositivos eram mais do que servos: eram companheiros. O uso do relógio desenvolveu o hábito da sensibilidade ou a consciência do tempo, coordenando separadamente a consciência e a presença das pessoas de maneira cada vez mais precisa. Além disso — e acredito que esse é um ponto-chave de todas as tecnologias que são sucessos evolutivos — essas tecnologias não satisfizeram meramente a necessidade que lhes deu origem: elas a cultivaram. O uso do relógio, uma vez tornado hábito, não satisfazia mais sua necessidade pré-existente de saber as horas. Pelo contrário: ao tornar o tempo onipresente, o uso do relógio estimulava um sentido do tempo nas pessoas, uma consciência quase constante dele, e era preciso saber as horas muito mais do que antes. Daí o paradoxo: não usamos relógio porque

precisamos saber as horas. Muito pelo contrário: precisamos saber horas porque usamos relógio.

Pode-se dizer exatamente a mesma coisa a respeito da internet. A internet tornou a informação disponível gratuita, abundante e instantânea, de forma inacreditável para os padrões de qualquer geração anterior. Uma criança de 8 anos em 2010 possuía acesso a mais informação do que Augusto César teve no centro do império romano. Qual foi o efeito disso? As pessoas teriam entrado na internet para descobrir algo específico e teriam ido embora satisfeitos se a internet tivesse meramente atendido a uma necessidade de informação. Usar uma lista telefônica, por exemplo, nunca foi viciante. Em vez disso, paradoxalmente, as pessoas descobriram que, quanto mais informação possuíam, mais precisavam. Tomemos uma típica ocasião de internet do início do século XXI: comprar uma passagem aérea. A pessoa entrava *online* para realizar a compra, em vez de ir a um agente de viagem ou ligar para a companhia aérea, como seus antepassados faziam. Mas, enquanto comprava, também checava outras coisas. Como se deslocar do aeroporto até a cidade? É possível reservar uma passagem nesse e ônibus ou um quarto de hotel? Como é o clima no local? Qual é a atual taxa de câmbio? Quais são as ruas no entorno da estação central de trem? Anteriormente, a pessoa teria investigado tais coisas ao longo da viagem. Naquele momento, não dependia mais do contato pessoal com um transeunte prestativo, de um quiosque de informações ou de contingências tais como encontrar um quarto de hotel ou pegar o último ônibus. Na grande maioria das vezes, o resultado era exatamente o mesmo: a pessoa pegava o mesmo ônibus para o mesmo hotel, no mesmo clima e usando o mesmo casaco. O que mudou foi a forma como as pessoas se sentiam a respeito das coisas, suas expectativas informacionais ao longo do trajeto. Agora, é rotina esperar por certezas prévias a respeito de coisas que, antes, tinham que ser negociadas e aprendidas durante a viagem. Assim sendo,

organizar uma viagem usando a internet não representou meramente uma mudança na funcionalidade: representou uma mudança nas atitudes ou hábitos, na relação das pessoas com o mundo. Elas se adaptaram a um ambiente novo e incrivelmente rico em informação, a esperar informações automaticamente mais completas sobre todas as coisas. E, com isso, a experiências previsíveis, controladas e sem incidentes. Se, por acaso, alguém precisasse voltar ao modo pré-internet, se encontraria com seus reflexos enfraquecidos, sua paciência com o inesperado minada e em estado de constante apreensão a respeito de coisas que poderiam acontecer. Esses são os sintomas de abstinência para os viciados em informação. Mais uma vez, não usamos a tecnologia porque precisamos dela: precisamos dela porque a usamos.

A mesma coisa acontece com o Horizonte da Unificação Digital. Naquele momento, as pessoas notaram os efeitos sobre alguns dos seus hábitos de pensamento, apesar de algumas das mudanças que evocavam discussões acaloradas serem superficiais, enquanto muitas mudanças fundamentais passaram completamente despercebidas aos observadores contemporâneos. Esta noite não temos tempo de analisar todas as consequências. Vamos apenas extrair, artificialmente, um exemplo. Por milhares de anos, a sociedade funcionou essencialmente cara a cara, e as ações de elementos independentes além da esfera local eram coordenadas dentro de redes mais difusas denominadas (de forma um tanto inexata) de cultura, política e economia. Sim, sei que as pessoas escreviam cartas, davam telefonemas e coisa e tal. Mas, no fim das contas, tais filamentos conectavam pessoas já definidas como pessoas dentro do seu ciclo local. O prenúncio de uma nova mudança foi o “e-mail”. Como o cunho híbrido de seu nome sugere, o e-mail surgiu gradualmente a partir do seu passado, assim como os primeiros automóveis foram projetados por produtores de carruagens e mantinham essa aparência. Mas logo se despojaram de suas raízes humildes. E o e-mail foi logo completado por um

conjunto de outras formas de e-sociabilidade. Apenas na primeira década depois do ano 2000, tivemos mensagens de texto, salas de bate-papo, Facebook, *webcams*, Skype e Second Life. As acomodações psicológicas envolvidas eram claras. Havia uma nova facilidade de se relacionar pessoalmente, às vezes com grande profundidade emocional, com pessoas com as quais raramente ou nunca se tinha contato físico. O sentido de tempo do indivíduo nas relações sociais também mudou, com a comunicação mais rápida, às vezes instantânea, às vezes contínua. O resultado foi uma evolução de interações seriais, episódicas, para interações simultâneas, contínuas. À medida que as pessoas desenvolveram o hábito de ter conexões sociais em tempo real ininterruptas, também desenvolveram o reflexo de continuamente monitorar e responder a múltiplos canais sociais informacionais com uma atenção dividida. Mas, ainda assim, com uma atenção sincera. Dentre os críticos mais veementes, estavam os velhos que reclamavam — geralmente em cartas pedantes para o *Times*, um pouco antes de o jornal deixar de ser publicado — que seus companheiros relutavam em se isolar do oceano de tráfego social em contextos antes privilegiados, tais como conversas, encontros, palestras, concertos, sermões, cirurgias e sexo. Mas tais protestos não serviram de nada. Quando a presidente dos Estados Unidos interrompeu uma execução judicial em que estava comandando um pelotão de fuzilamento para responder a uma mensagem de texto de um assistente de campanha, ficou claro que ali tinha início uma nova era.

Na década seguinte, essas transformações se fundiram em uma só: Pandora (*Permanently Active Networked Doorways of Remote Avatars*^[7]). Com Pandora, os dispositivos pessoais mantinham uma “sala” permanentemente ativa, na qual seus cibercontatos — que se apresentavam como “personalidades” e podiam ser uma ou várias criadas pelo próprio usuário ou

operadas por diversas pessoas — estavam presentes de forma remota, e o usuário estava presente na sala deles, simultaneamente. As pessoas decoravam sua “sala” com o mesmo esmero e bom-gosto com os quais decoravam suas casas, naturalmente. Os canais de informação que alimentavam continuamente seu dispositivo incluíam não apenas o que as pessoas diziam, mas a localização das pessoas em relação ao usuário, seu estado de espírito e nível de atividade e até sua expressão facial, pulsação, situação jurídica e extrato bancário. Contatos eram cuidadosamente classificados como Parceiros, Amigos, Conhecidos, Contatos, Estranhos, Penetras, Sanguessugas ou Arqui-Inimigos, e cada categoria tinha um acesso específico a direitos, diferentes graus de informação compartilhada e respostas pré-formuladas. Com esses blocos de montar da nova sociabilidade, como peças de Lego, novos jogos de posicionamento, verificação e paquera se desenvolveram rapidamente. Havia até cerimônias pitorescas e comoventes para a mudança de *status* da relação. Pandora rapidamente desenvolveu recursos cada vez mais úteis, agora já bem conhecidos, como o Contato Criativo Automatizado: o dispositivo resumia o teor de um relacionamento e gerava respostas apropriadas — incluindo, em versões avançadas, risadas, raiva, concordância, indignação moral, excitação e preces — enquanto a pessoa estava ocupada, dormindo ou, em alguns casos célebres, morta.

Tais desenvolvimentos tornaram a sociedade ao mesmo tempo onipresente e descentralizada, livre do espaço e, por extensão, dos corpos específicos, ainda que nunca ausentes. Como as pessoas se tornaram potencialmente contatáveis em qualquer lugar, esperava-se que elas fossem contatadas em qualquer lugar. Seus regimes de atenção também mudaram. A consciência se tornou um canal múltiplo, e o estímulo social, contínuo ao invés de pontual. Pessoas mais velhas reclamaram da fragmentação e do bombardeio de informações, mas a geração que crescia sob esse regime assimilou esse novo e onipresente oceano

de informações com facilidade, ficando infeliz apenas na sua abstinência quando, então, se sentia solitária, desorientada, agitada e taciturna. Além disso, assim como o antigo estilo de sociabilidade implicava observar a linguagem facial e corporal de alguém, a nova sociabilidade se baseava no fluxo de informação remota. Esperava-se possuir toda uma gama (por definição, completa) de informações sociais de todas as pessoas com as quais se interagia e se esperava a mesma coisa das outras pessoas. De fato, assim como a internet redefiniu conhecimento como as “coisas conhecíveis via internet”, a sociabilidade da internet redefiniu o mundo social como “as pessoas conhecidas pela internet”. Em outras palavras, todos os parâmetros de interação social se transformaram com a mudança para a nova mídia. Óbvio que amizades floresceram imensamente ao redor do mundo. Sob vários aspectos, foi um período muito feliz para os humanos e para os dispositivos. Também poderíamos apresentar, novamente, toda uma preleção a respeito do lado sombrio disso. Havia o mundo dos desaparelhados, dos excluídos, dos submergidos, dos desconectados, dos privados de direitos, reduzidos a executar tarefas subalternas e ter as mais esquálidas e rudimentares formas de relação social — temos que resistir ao revisionismo romântico que enxerga essas pessoas como algum tipo de “nobre selvagem”. Havia, é claro, os criminosos — vândalos cibernéticos, mutantes de identidade, traficantes de infodrogas que tornavam sua vida de dispositivo desastrosamente feliz. Havia o “problema de verificação” que era proeminente no início do século XXI, antes que se percebesse que a sociabilidade cibernética não era a continuação da sociedade tradicional, mas fundamentalmente diferente dela, e que as pessoas cibernéticas poderiam possuir uma existência desvinculada de uma correspondência um a um com o corpo físico. Enquanto isso, foi ficando mais impossível para alguém sem Dispositivo existir legal, financeira, social e informacionalmente enquanto pessoa — uma hibridização reconhecida

intuitivamente, se não teoricamente, no *frisson* da nova etiqueta, legislação e do novo protesto daquele momento.

Muitos já escreveram sobre os estágios tardios dessa transição, e mencionarei brevemente aqui apenas dois notórios avanços. O primeiro foi financeiro. Ao final do século XX, o dinheiro já era digital, com salários e depósitos ocorrendo de forma direta, assim como as despesas, a taxaçoão digital e assim por diante. À medida que a identidade fiscal das pessoas ia ficando cada vez mais digital, seus dispositivos se tornavam cada vez mais capazes de lidar com ela. Como era carregado para toda parte, o dispositivo se tornou uma forma óbvia de efetuar transações como despesas e contas a pagar; o sensor de crédito integrado tomou conta de tudo de forma instantânea e sem erro. Arqueólogos agora reconhecem a camada estratigráfica relativa ao início do século XXI pelo desaparecimento completo da moeda física. Dispositivos de segurança canhestros como PIN e senhas rapidamente deram lugar à biometria e às sequências de memória. O que foi seguido por circuitos de regulação, expandindo as escolhas financeiras deixando e liberando as pessoas para serem elas mesmas. Claro que tal centralização financeira, apesar de eminentemente delicada, tornou o terror do *byte-stripping* ainda maior. O outro passo significativo foi a inclusão do genoma completo do usuário. Em 2020, já era mais barato e fácil sequenciar seu genoma completo do que resolver uma multa por excesso de velocidade ou substituir cortinas reais ou virtuais da sala de estar. Logo vários governos — movidos puramente por um sábio e paternal desejo de gerenciar um sistema de cuidados com a saúde e riscos de vida que atenda a necessidades individuais — tornaram o processo obrigatório. Do ponto de vista burocrático, o dispositivo com as especificidades biológicas completas de cada indivíduo se tornou o derradeiro passaporte: a pessoa era simplesmente sequenciada no balcão de imigração do aeroporto. O resultado era comparado com o registrado no dispositivo do

indivíduo, que podia ir direto retirar sua bagagem! Ainda nesse século, tudo isso convergiu com outros avanços que visavam a otimizar ciberneticamente o regime biológico do indivíduo. Devemos a esse avanço a criação do primeiro plano de saúde verdadeiramente universal, a crescente dependência do genoma como forma de definir a saúde potencial do indivíduo e, claro, a habilidade reprogramar e desenvolver novos tecidos e órgãos necessários para a manutenção de sua saúde. Em última instância, era possível entrar em qualquer clínica e gerar novos nervos, fígados, enxertos de pele — desde que se estivesse de posse do próprio dispositivo. Por sorte, àquela altura, o componente de armazenagem de informação do dispositivo já havia sido reduzido ao tamanho de um implante subcutâneo quase microscópico, tornando impossível a perda dessa informação vital e necessária do ponto de vista legal.

Claro que, com os dispositivos se tornando tão fundamentais para o bem-estar das pessoas, era importante deixá-los ligados. Alguns fundamentalistas persistiram no obsoleto botão de liga/desliga, mais parecendo alguém tentando dirigir um carro poderoso usando rédeas, e realizaram uma campanha estrondosa pela criação de zonas sem conectividade “*ni-fi*”. Por sua vez, os membros menos inflexíveis do público foram logo desfrutando das possibilidades. E daí que algumas funções do dispositivo eram vedadas à intervenção do usuário e atualizadas remotamente — para a própria segurança do usuário, claro: não se podia permitir que o próprio indivíduo reprogramasse o seu sistema de suporte vital —, se as zonas modificáveis pelo consumidor incluíam opções tão empolgantes quanto DNA cosmético de grife e a versão mais recente do *download* de músicas direto no cérebro e totalmente sensorial?

Tais avanços, naturalmente, levaram as mentalidades medievais a repensar um pouco. Há toda uma série de casos que são referência dentro da história tecnolegal. Em meados do século XXI, um cidadão foi oficialmente declarado socialmente inválido por ter perdido seu dispositivo em um acidente de trabalho (que também havia lhe custado o braço). As informações nele contidas — o histórico de memória e a configuração, na verdade — haviam sido acumuladas ao longo de várias décadas, e foi julgado que o cidadão não teria condições de recuperá-las em menos de duas décadas de vida. Muitas instituições de caridade hoje bem conhecidas foram posteriormente fundadas para ajudar essas pessoas, antes que uma forma de manter uma cópia ciberorgânica dentro de um arquivo remoto centralizado que permitisse uma regeneração social instantânea fosse desenvolvida. Os dispositivos também ficaram cada vez mais ativos. Já contavam com manutenção automática há um tempo considerável, administrando discretamente suas próprias instalações, atualizações e reparos. Cuidar dos próprios destinos foi uma simples extensão disso. Um promissor mercado de seguro corporal foi desenvolvido em meio às conversas de bastidor mantidas pelas redes de dispositivos, após um célebre caso em que um dispositivo, cujo dono havia falecido em casa, em cima de sua poltrona preferida, fez contato com outros dispositivos pedindo ajuda e acabou conseguindo um transplante para um novo corpo. Ao final do século XXI, a Suprema Corte julgou o caso de um paciente terminal que desejava escolher uma morte voluntária, mas cujo dispositivo defendia seu direito de continuar, por meio da manutenção forçada do corpo existente ou da transferência para um novo corpo. A Corte votou em favor do dispositivo.

Na geração seguinte, por sorte, tais dilemas já estavam ultrapassados. Uma geração mais iluminada, assistida pela inteligência artificial, chegou à conclusão de que a questão não era a velha luta pelo poder entre humano e máquina, mas uma simples questão de simbiose e força. De um ponto de vista

humano, conforme mencionamos, não precisamos usar a tecnologia porque precisamos dela: precisamos da tecnologia porque a usamos. Humanos são seres dados a hábitos. Objetos são os hábitos dos humanos. Parafraseando do ponto de vista do objeto, uma tecnologia de sucesso constrói uma necessidade, um nicho, uma continuidade. Se superarmos o fetiche pelo orgânico, não há nada de particularmente novo nisso: há vários seres cujas vidas envolvem outras espécies — parasitas e predadores, com certeza, mas também polinizadores e simbioses. De fato, agora sabemos que a vida orgânica envolve a integração de organismos separados que se tornaram órgãos diferenciados de novos seres celulares, como a mitocôndria. O efeito final é simplesmente o novo mapeamento das funções dentro dos elementos de um sistema, enquanto trabalham sem empecilhos para a melhoria geral.

Mais uma vez, o humilde telefone celular oferece uma exemplificação essencialmente simples disso tudo, desde seu advento. Rapidamente, depois de sua introdução, as pessoas pararam de lembrar dos números de telefone. O telefone absorveu as funções secundárias da agenda de endereços, assim como absorveu muitas outras funções logo depois — o alarme, o diário, o portal da internet e os demais mencionados anteriormente. Poucos humanos viram isso como um aumento de sua dependência, com exceção de alguns azarados que conseguiram perder ou quebrar seus telefones! Pelo contrário, entenderam a relação como sendo protética: o dispositivo ampliava suas habilidades. Entretanto, sob uma luz menos antropocêntrica, a relação era realmente metatética, com cada elemento complementando o outro e levando à construção de um sistema com capacidades e intencionalidades diferentes das de seus componentes. Os humanos puderam prosseguir livremente com as partes do sistema que dominavam — como as emoções, a consciência e a mobilidade. Desse ponto em diante (e, de fato, da primeira pedra lascada em diante), a história da tecnologia foi simplesmente um contínuo remapeamento

das divisões das funções dentro do sistema. Por vezes, quando uma ou outra função — como a reprodução ou a emoção — era valorizada, o remapeamento provocava protestos, por vezes histeria. Mas a lógica do sistema nunca deixou de buscar novas configurações. Na verdade, esse processo continua até hoje. Ironicamente, apesar do nome, a telefonia móvel permaneceu imóvel: a mobilidade se manteve uma prerrogativa da humanidade. Claro que poderia ser diferente, mas os humanos dominam tão bem a mobilidade que não fazia sentido agregar essa função aos dispositivos. Que cumprem sua função permanecendo quietos, sendo carregados, telecomunicando, teleconsumindo e telerrelacionando. Tais atividades remotas tornam eventos como reuniões “de corpo presente”, como esta conferência da Rede de Trabalho sobre Cultura Material, ainda mais raros e, para os que apreciam esses eventos, ainda mais especiais.

O que traz minha história ao limiar da era moderna, e acredito que agora vocês irão entender por que escolhi o telefone celular como protagonista anônimo, o dispositivo que nos introduziu à era moderna. A Associação da Cultura Material é o estudo da Materialidade em toda a sua relação com a Humanidade, e por isso, achei válido realizar um tributo a essa humilde estrela na minha fala dessa noite: o telefone celular da cultura medieval tardia. Isso, pois a despeito dos mitos heroicos a que aludi, não cruzamos o limite histórico da era moderna com um grande salto heroico, um Colombo Digital. Atravessamos cautelosamente, com uma a relação íntima entre pessoas e objetos, que começou lá na antiguidade, com a primeira ferramenta de pedra ou de pau, mas que começou a se acelerar dramaticamente com o Horizonte da Unificação Digital, em si desencadeado pelo telefone celular no período medieval tardio. Espero que ninguém tenha considerado perturbador eu ter sugerido que devemos tirar alguns dos tradicionais heróis da história — as invenções gregas e os seus inventores — de seus pedestais, e substituí-los por

uma humilde e, por vezes, nada apetitosa, relação entre dispositivos e humanos.

Ainda assim, onde podemos levantar tais temas melhor do que aqui, em nossa reunião da Associação da Cultura Material? De fato, com as comunicações modernas, conferências como essa, com suas raízes entrando profundamente dentro do período medieval, são extremamente raras. Realmente representam uma homenagem nostálgica a esse período e objeto de estudo que tanto amamos — são quase uma recriação afetiva, assim como uma moderna troca acadêmica de perspectivas. É por isso que aprecio especialmente sua adesão às formas corteses de atenção envolvidas em tais eventos, seu foco de atenção ritualizado. Um gesto pequeno, mas venerável, que nos permite reverenciar a antiguidade da relação humano-objeto aqui celebrada. Obrigado pela atenção: vocês já podem religar seus humanos.

1. “*The mobile phone in late medieval culture: a technological essay*”

Discurso de abertura, republicado a partir de *Nossa história objetificada: hipertexto acadêmico da Rede de trabalho sobre cultura material* (Seção Histórica). ↩

2. “DUH”, na sigla em inglês. Trocadilho com a interjeição que expressa o

reconhecimento da própria burrice (N.T.). ↩

3. Em português, os dispositivos seriam chamados de “Sony eMigalha” e

“iCaroço da Maçã”. “Nokkung EveryByte” faz trocadilho entre “byte” (unidade de memória computacional) e “bite” (mordida) (N.T.). ↩

4. Cronistas contemporâneos e historiadores do início da era moderna

frequentemente se referiam a esses objetos como “apetrechos” ou “bugigangas”. Mas a natureza pejorativa ou depreciativa desses termos foi,

desde então, reconhecida. Na verdade, suas conotações aviltantes refletem as tensões sociais da época. “Dispositivo” é agora amplamente adotado como forma de referência politicamente neutra. ↵

5. Literalmente, “ficar despido de bytes” (N.T.). ↵

6. Que poderia ser traduzido como “corpo suplente”, que tem experiências “por tabela” (N.T.). ↵

7. Portais de Redes Permanentemente Ativos dos Avatares Remotos (N.T.).
↵

Arquipélago Filosófico, Vol. 2, No. 24 (2026), e-024

ISSN 3086-1136

Artigo: John Robb, O telefone celular na cultura medieval tardia: um ensaio tecnológico

Autor(es): John Robb

Data: 12 jul 2026

Volume: 2

Número: 24

Páginas: e-024

ISSN: 3086-1136

```
@article{john-robb-o-telefone-celular-na-cultura-medieval-tardia-um-ensaio-
tecnologico,
  author = {John Robb},
  title = {John Robb, O telefone celular na cultura medieval tardia: um
ensaio tecnológico},
  year = {2026},
  month = {jul},
  journal = {Arquipélago Filosófico},
  volume = {2},
  number = {24},
  pages = {e-024},
  issn = {3086-1136},
  url = {https://arquipelago.fi/john-robb-o-telefone-celular-na-cultura-
medieval-tardia-um-ensaio-tecnologico/}
}
```